



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PEDRO RAFAEL CHALEGRE CAVALCANTI**

**O “POLO GOIANA”**

**DESENVOLVIMENTO E MERCADO DE TRABALHO NA ZONA DA MATA  
NORTE DE PERNAMBUCO**

**Recife**

**2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**O “POLO GOIANA”**

**DESENVOLVIMENTO E MERCADO DE TRABALHO NA ZONA DA MATA  
NORTE DE PERNAMBUCO**

Monografia apresentada pelo aluno Pedro Rafael Chalegre Cavalcanti ao curso de Ciências Sociais da UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

**Orientadora: Profa. Dra. Gabriella Maria Lima Bezerra.**

**Recife**

**2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- C376" Cavalcanti, Pedro Rafael Chalegre  
O "polo Goiana": Desenvolvimento e mercado de trabalho na Zona da Mata Norte de Pernambuco /  
Pedro Rafael Chalegre Cavalcanti. - 2021.  
48 f. : il.
- Orientadora: Gabriella Maria Lima Bezerra.  
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, 2022.
1. Polo Goiana/PE. 2. Mercado de Trabalho. 3. Desenvolvimento. 4. Reforma Trabalhista de 2017. I.  
Bezerra, Gabriella Maria Lima, orient. II. Título

CDD 300

---

PEDRO RAFAEL CHALEGRE CAVALCANTI

**O “POLO GOIANA”**

**DESENVOLVIMENTO E MERCADO DE TRABALHO NA ZONA DA MATA  
NORTE DE PERNAMBUCO**

Monografia aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, por todos os membros da Banca Examinadora.

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
Nota \_\_\_\_\_

Prof. Dra. Gabriella Maria Lima Bezerra – UFRPE. (orientadora)

\_\_\_\_\_  
Nota \_\_\_\_\_

Prof. Dra. Darcilene Cláudio Gomes – FUNDAJ.

\_\_\_\_\_  
Nota \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Otávio Augusto Alves dos Santos – UFRPE.

Recife

2021

## AGRADECIMENTOS

Trabalho algum se realiza sozinho, seja imediatamente, seja no contexto de nossa formação pessoal e profissional. A lista de agradecimentos aqui seria imensa, e, por isso, cabe mencionar apenas algumas poucas pessoas que mais impactaram minha trajetória. Iniciei meus estudos na Universidade Federal Rural de Pernambuco em outubro de 2017. Depois de alguns anos difíceis, largando o ensino médio, passando por uma depressão, um supletivo e finalmente um Enem, entro no curso de Bacharelado em Ciências Sociais.

Esse trabalho seria impossível sem o apoio de meus avós, e por isso eles vem primeiro. Meu avô paterno, José Roberto Lins Cavalcanti foi a maior pessoa com quem eu tive o prazer de conviver. Um sindicalista, me ensinou o que era certo e o que era errado, mas me ensinou também a lutar e pelo que lutar e foi o maior apoiador de minha escolha acadêmica. Seu falecimento arrancou de mim um pedaço tão grande de minha alegria que creio ser impossível sarar. Mas espero que ao menos ele se orgulhe dessas pequenas vitórias. Hoje, vivo e faço companhia à minha avó paterna, Judilita de Queiroz Cavalcanti, que me anima, suporta e apoia tanto quanto ele. Além deles, minha avó materna, Maria Chalegre, com quem vivi a maior parte de minha vida, e vibra toda vez que noticio algo a ela. Meus mais sinceros agradecimentos são a eles.

Agradeço também a minha mãe, Jaqueline. Apesar de nossas diferenças, ela sempre apoiou minha trajetória. O agradecimento se estende a meus irmãos, Marília e Michael, bem como a meu primo Bruno, e todos os outros primos. Agradeço também a meu tio, Fabio e a meu pai, Junior.

Agradeço a todos os meus amigos, companheiros de pesquisa ou de conversas, acadêmicas ou não, em especial a Matheus Cavalcanti e Mariana Max, minhas duas maiores inspirações, e à Nayara, Ângela, Gabriela, e Carina pelo carinho e apoio. Os agradecimentos abaixo são mais “profissionais”, mas, pessoalmente, considero amigos e amigas todas as pessoas mencionadas aqui.

Agradeço a Mauricio Sardá de Faria especialmente, pois foi quem me iniciou propriamente na atividade acadêmica e de pesquisa durante esses dois anos de pesquisa de Iniciação Científica, cuja orientação e apoio foi sempre constante.

No mesmo caminho, agradeço profundamente a Darcilene Gomes e Sidartha Soria e Silva. A primeira, cuja orientação tanto no estágio quanto em uma iniciação científica no meio de uma pandemia me guiou e me abriu portas mil, não seria o mesmo sem passar pela FUNDAJ com a senhora; ao segundo, pela inspiração para a continuidade da vida acadêmica.

Por fim, agradeço à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gabriella Maria Lima Bezerra, que conheci recentemente, mas já nutri uma profunda admiração, especialmente por ter acolhido esse trabalho que vos apresento.

**Resumo:** O objetivo do presente estudo é investigar as implicações dos recentes investimentos industriais sobre o mercado de trabalho da Zona da Mata Norte e Região Metropolitana do Recife, no Estado de Pernambuco. Nossa hipótese sugere que a recente industrialização do território rompeu com seu longo passado agroindustrial, alterando a dinâmica do mercado de trabalho no território. Para isso, primeiramente, foi realizado levantamento bibliográfico sobre a historicidade socioeconômica do território em confronto às novas mudanças. Em seguida, com relação ao mercado de trabalho do território, são sistematizados e analisados dados decorrentes de bases de dados do Ministério da Economia: RAIS e CAGED, com fins de descrever as mudanças no território, permitindo levantar novas hipóteses sobre o mesmo. Inicialmente, pudemos constatar que há, entre a primeira e a segunda década do século XXI, uma predominância relativa do setor industrial no volume de vínculos dos municípios, na mesma medida que um declínio do volume de vínculos no setor agropecuário. Em seguida, identificamos os principais setores industriais de cada município em relação ao total de vínculos na indústria, de modo a observar principalmente um vigor dado pela indústria automobilística de Goiana/PE quanto da consolidação de empreendimentos de Alimentos e Bebidas e Indústria Química nos outros municípios. Por fim, analisamos a movimentação de contratos de trabalho nos principais setores industriais, de modo a observar uma dinâmica particular a cada município, e, buscando especificar alguns impactos da Reforma Trabalhista de 2017 sobre as movimentações contratuais no território. Constatamos que até o momento não parece haver impacto significativo na dinâmica, ao mesmo tempo que, se tratando das modalidades de contratação e desligamento introduzidas, o impacto é quase nulo para a indústria da transformação no geral.

**Palavras-chave:** Polo Goiana/PE; Mercado de Trabalho; Desenvolvimento; Reforma Trabalhista de 2017.

**Abstract:** The aim of this study is to investigate the implications of recent industrial investments on the labor market in the Zona da Mata Norte and Metropolitan Region of Recife, in the State of Pernambuco. Our hypothesis suggests that the territory's recent industrialization broke with its long agro-industrial past, changing the dynamics of the territory's labor market. For this, first, a bibliographical survey was carried out on the socioeconomic historicity of the territory in the face of new changes. Then, with regard to the territory's labor market, data from databases of the Ministry of Economy: RAIS and CAGED are systematized and analyzed, in order to describe changes in the territory, allowing for new hypotheses to be raised about it. Initially, we could see that, between the first and second decade of the 21st century, there is a relative predominance of the industrial sector in the volume of links in municipalities, as well as a decline in the volume of links in the agricultural sector. Then, we identified the main industrial sectors of each municipality in relation to the total number of links in the industry, in order to observe mainly the vigor given by the automobile industry of Goiana/PE regarding the consolidation of Food and Beverage and Chemical Industry ventures in other municipalities . Finally, we analyzed the movement of employment contracts in the main industrial sectors, in order to observe a particular dynamic for each municipality, and seeking to specify some impacts of the 2017 Labor Reform on contractual movements in the territory. We found that so far there does not seem to be a significant impact on the dynamics, while, with regard to the hiring and dismissal modalities introduced, the impact is almost nil for the manufacturing industry in general.

**Keywords:** Polo Goiana/PE; Job market; Development; 2017 Labor Reform.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Volume de vínculos do setor Agropecuário do Polo Industrial Goiana/PE 2009-2019.....	18
Gráfico 2 – Volume de vínculos do setor da Indústria de Transformação do Polo Industrial Goiana/PE 2009-2019 .....	19
Gráfico 3 – Volume de vínculos do setor da Construção Civil do Polo Industrial Goiana/PE 2009-2019.....	20
Gráfico 4 – Volume de vínculos do setor de Serviços do Polo Industrial Goiana/PE 2009-2019.....	21
Gráfico 5 – Vínculos dos Setores Papeleiro, Vidreiro, Farmacoquímico e Automobilístico em Goiana/PE 2009-2019.....	22
Gráfico 6 – Vínculos dos Setores de Alimentos e Bebidas, Químico, Papeleiro e Fabricação de peças em Igarassu/PE 2009-2019.....	23
Gráfico 7 – Vínculos dos Setores Metalúrgico e Alimentos e Bebidas em Itapissuma/PE 2009-2019 .....	24
Gráfico 8 – Vínculos dos Setores de Alimentos e Bebidas, Químico, Têxtil e Mecânico em Paulista/PE 2009-2019 .....	25
Gráfico 9 – Vínculos dos Setores de Alimentos e Bebidas, Químico, Têxtil, Papeleiro e Metalúrgico em Abreu e Lima/PE 2009-2019.....	26
Gráfico 10 – Admissões, desligamentos e saldo de movimentação de contratos do Setor Automobilístico em Goiana/PE 2017-2019 .....	30
Gráfico 11 – Admissões, desligamentos e saldo de movimentação de contratos do Setor Alimentos e Bebidas em Igarassu/PE 2017-2019.....	31
Gráfico 12 – Admissões, desligamentos e saldo de movimentação de contratos do Setor Alimentos e Bebidas em Itapissuma/PE 2017-2019 .....	32
Gráfico 13 – Admissões, desligamentos e saldo de movimentação de contratos do Setor Químico em Paulista/PE 2017-2019 .....	33
Gráfico 14 – Admissões, desligamentos e saldo de movimentação de contratos do Setor Químico em Abreu e Lima/PE 2017-2019 .....	34



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>1. ZONA DA MATA NORTE DE PERNAMBUCO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.....</b>	<b>6</b>
<b>1.1. A ZONA DA MATA COMO ZONA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: ECONOMIA AÇUCAREIRA DO TERRITÓRIO NO SÉCULO XX .....</b>	<b>6</b>
<b>1.2. ECONOMIA NÃO-AÇUCAREIRA DO TERRITÓRIO NO SÉCULO XX: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>11</b>
<b>2. INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE: DESENVOLVIMENTO E MERCADO DE TRABALHO NA ZONA DA MATA NORTE E REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1. MUDANÇAS NOS VÍNCULOS DOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO POLO INDUSTRIAL GOIANA/PE .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2. PRINCIPAIS SETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO “POLO GOIANA” .....</b>	<b>21</b>
<b>3. DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO: MOVIMENTAÇÕES CONTRATUAIS NO POLO GOIANA/PE PÓS-REFORMA TRABALHISTA DE 2017 .....</b>	<b>26</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as transformações recentes do mercado de trabalho no território da Zona da Mata Norte de Pernambuco e Região Metropolitana do Recife, decorrentes de seu processo de industrialização no início do século XXI. Busca-se compreender as dimensões de um desenvolvimento provocado por uma mudança no setor de atividade econômica predominante através da dinâmica empregatícia no território.

Para isso, nosso primeiro objetivo consiste em observar a dinâmica – em perspectiva histórica, econômica e social –, preponderante na Zona da Mata, um consolidado território produtor de açúcar para exportação desde o período colonial (ANDRADE, 1998; FURTADO, 1998) e como foram se modificando essas relações, mais profundamente no final do século XX e início do século XXI.

Nosso segundo objetivo é observar a dinâmica do mercado de trabalho no território durante a última década, mais especificamente entre 2009 e 2019. Procuraremos, então, introduzir as principais mudanças e novos investimentos industriais – em especial a fábrica da Fiat Chrysler Automobiles (FCA) –, e analisar a estrutura e volume de vínculos industriais.

Por fim, pretendemos observar a dinâmica de movimentação de contratos no território, a partir da estrutura delineada, com destaque para os anos recentes (de 2017 a 2019), observando possíveis impactos da Reforma Trabalhista de 2017, com a introdução de novos tipos de contratação e novas possibilidades de desligamento por acordo.

Para dar conta dos objetivos supramencionados nos parágrafos imediatamente acima, foi realizado trabalho de busca e organização de dados quantitativos provenientes de bases de dados secundários.

As bases de dados consultadas foram a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), organizadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência. As duas bases de dados compreendem apenas empregos “formais”, sem o aspecto de contraposição à “informal”, aqui, apenas ressaltando que os dados são fornecidos compulsoriamente pelas empresas formalmente organizadas. A RAIS tem

frequência anual, atualmente até o ano de 2019. O CAGED tem frequência mensal, acompanhando a movimentação de empregos, e também até o ano de 2019.

Para confecção, delimitamos um conjunto de municípios-chave como a nossa população, de modo que quando falamos em impactos sobre a Zona da Mata Norte, compreendemos mudanças tanto em municípios do território quanto os que tem profunda dinâmica com eles, mesmo que da Região Metropolitana do Recife. O território por nós compreendido abrange os municípios da Zona da Mata Norte de Pernambuco: Aliança, Araçoiaba, Camutanga, Condado, Ferreiros, Goiana, Itambé, Itaquitinga e Timbaúba; da Região Metropolitana do Recife: Abreu e Lima, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma e Paulista.

Após delimitação do território, foi feito um recorte, baseado tanto nos dados da RAIS e CAGED, quanto na dinâmica entre os municípios, como no período de atração de investimentos, que acaba destacando os municípios mais impactados pela industrialização em relação ao volume de empregos. O nosso recorte, então, abrange, na Zona da Mata Norte: Goiana; e na Região Metropolitana do Recife: Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Paulista. Buscamos observar e caracterizar o território a partir de seus setores de atividade econômica entre 2009 e 2019.

Levando em conta que o município de Goiana é onde observamos as maiores mudanças, foram destacados três setores industriais para análise: Automotivo, Vidreiro e Farmacoquímico. Além desses, foi destacado o setor de Alimentos e Bebidas, em Igarassu e Itapissuma, comparando com o total de vínculos no setor secundário.

Para a delimitação dos dados do Setor Automobilístico, na RAIS e CAGED, foi realizado filtro pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Para o Setor Farmacoquímico, também se utiliza classificação a partir da CNAE. Para outros filtros, como indicados nos gráficos, utilizamos a delimitação fornecida pela RAIS e CAGED baseada nos setores de atividade econômica pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para observar as movimentações referentes às novas formas de contratação e desligamentos provocadas pela Reforma Trabalhista de 2017,

buscou-se combinar os filtros aos diferentes tipos de movimentações contratuais, disponíveis na plataforma da RAIS e CAGED.

Cabe destacar aqui que o trabalho se limita à estrutura e dinâmica do mercado de trabalho do território, observando impactos específicos em vínculos e contratos, de modo que não é possível abranger, dados os objetivos, aspectos mais subjetivos das relações de trabalho, bem como perspectiva dos trabalhadores sobre as mudanças<sup>1</sup>, conflitos trabalhistas e ação sindical.

Nossa hipótese sugere que a recente industrialização do território rompeu com seu longo passado agroindustrial, alterando a dinâmica do mercado de trabalho no território.

O primeiro capítulo, com título “Zona da Mata Norte de Pernambuco em perspectiva histórica” se divide em duas partes: a primeira, “A Zona da Mata como Zona da Agroindústria Canavieira: economia açucareira do território no século XX”. Nele apresentamos um esboço de como se desenvolveu a principal atividade econômica, a agroindústria canavieira, desde o regime de engenhos até as usinas, com um tipo de industrialização baseada na associação entre indústria e latifúndios de monocultura de cana-de-açúcar e que, durante o século XX, se manteve como principal (mas não único) empreendimento pernambucano. A segunda parte, “Economia não-açucareira do território no século XX: algumas considerações”, faz uma breve exposição dos outros empreendimentos no território que se articulavam com a região metropolitana do Recife, especialmente a indústria de tecelagem em Paulista/PE, bem como, junto com a Klabin S/A (papel) em Goiana/PE.

No segundo capítulo, com o título “Industrialização recente: desenvolvimento e mercado de trabalho na Zona da Mata Norte e Região Metropolitana do Recife”, após observar a conformação dos novos investimentos no território, com destaque especial para a fábrica da FCA. O setor Automobilístico, como veremos, é o “coração” de todo o Polo. Sendo o carro chefe do desenvolvimento capitalista do século XX no mundo inteiro<sup>2</sup>, bem como

---

<sup>1</sup> O trabalho de Lethicia Oliveira (2021), questionando a perspectiva de “Fábrica dos sonhos”, mesmo que reconhecendo o desenvolvimento, abarca, a nosso ver, essa questão mais subjetiva.

<sup>2</sup> Longe de querer esgotar o tema, cabe mencionar, pelo menos, como o setor foi responsável, seja por crise ou por avanços e inovações na atividade produtiva, na perspectiva de duas grandes

no Brasil no mesmo período<sup>3</sup>. Para além dessa breve exposição, o capítulo ainda conta com mais duas partes, respectivamente “Mudanças nos vínculos dos setores de atividade econômica no Polo Industrial Goiana/PE” e “Principais setores da indústria de transformação do “Polo Goiana”, no qual, primeiramente, observamos as mudanças na estrutura de vínculos do território entre 2009 e 2019, com atenção especial para o declínio do emprego na agropecuária seguida de um crescimento constante (especialmente em Goiana/PE) da indústria de transformação; em segundo lugar, observamos a estrutura de vínculos do território, com destaque para Polos Farmacoquímico, Vidreiro, Automobilístico, Alimentos e Bebidas e Químico na Zona da Mata Norte e Região Metropolitana do Recife.

O terceiro capítulo, intitulado “Dinâmica do mercado de trabalho: movimentações contratuais no Polo Goiana/PE pós-Reforma Trabalhista de 2017” é uma seção única, na qual buscamos, a partir da estrutura de vínculos industriais observada no segundo capítulo, observar a dinâmica de movimentações contratuais, especialmente a partir de 2017, com as mudanças recentes na regulamentação do trabalho no Brasil. Após uma explicação de alguns dos principais pontos da Reforma, observamos que cada um dos principais empreendimentos industriais possui uma dinâmica contratual própria, e, em conjunto com os dados observados anteriormente, não há elementos o suficiente para avaliar impactos no total de contratos; se tratando das modalidades contratuais e de desligamento introduzidas pela mudança nas leis

---

“reestruturações produtivas” durante o século XX: o Fordismo foi o paradigma tanto produtivo quanto em questão às questões trabalhistas e políticas da primeira metade do século XX, tanto incrementando a produtividade do trabalho, quanto gerando um regime de “compromisso social” entre capital e trabalho (BIHR; 1999; ANTUNES, 2015); posteriormente, também o “modelo japonês”, ou o Toyotismo, veio a se tornar (com grandes diferenças, a depender de seu tipo de implementação) um paradigma da “produção flexível” a partir das décadas finais do século XX (ALVES, 2000).

<sup>3</sup> O país, já em 1919 com montadora da Ford, e posteriormente com a General Motors e a International Harvester, em São Paulo, realizava montagem de automóveis que chegavam de países estrangeiros; tratavam, porém, apenas da montagem de veículos que vinham apenas nos kits CKD (completely knocked down). É a partir da década de 1950, porém, que começam os verdadeiros avanços com relação à indústria automobilística no Brasil, com a chegada de montadoras, bem como com iniciativas diretas dos governos Getúlio Vargas, e posteriormente Juscelino Kubitschek voltadas à nacionalização da produção. O Setor Automobilístico passou por seus altos e baixos no país, mas concentrou-se especialmente na região Sudeste, e mais especificamente no estado de São Paulo em sua fase inicial; algumas iniciativas se descentralizaram, cabendo mencionar mais especificamente o caso da FIAT, que se instala a partir da década de 70 em Betim, no interior de Minas Gerais. Não se pretende aqui avançar mais no tema. Ver Pinto (2006), Shapiro (1997) e Negro (1997).

trabalhistas, o impacto dos contratos de tipo intermitente, parcial e desligamento por acordo entre patrão e empregado, foram praticamente nulos, mesmo quando somados os dados dos municípios.

## **1. ZONA DA MATA NORTE DE PERNAMBUCO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA<sup>4</sup>**

### **1.1. A ZONA DA MATA COMO ZONA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: ECONOMIA AÇUCAREIRA DO TERRITÓRIO NO SÉCULO XX**

A Zona da Mata Norte de Pernambuco é um dos territórios de desenvolvimento do Estado. Localizada na faixa litorânea ao norte, ao redor da Região Metropolitana do Recife, como parte da Mesorregião da Mata Pernambucana, junto à Zona da Mata Sul. Abrangendo uma área de 3.218,62km<sup>2</sup>, e com uma população, em 2010, de 577.191 habitantes, sendo destes 441.303 na área urbana e 135.888 na área rural<sup>5</sup>.

Sua origem histórica é também parte das origens fundantes do Brasil, inserido no sistema mundial como colônia no século XVI. Uma colonização que se iniciou na extração de itens, como o Pau Brasil, logo veio a consolidar um dos maiores empreendimentos agroindustriais dos últimos 4 séculos, com momentos de auge e de crise. Momentos de auge pelo aumento da produção e alta demanda do açúcar, momentos de crise por superprodução e encarecimento de fatores.

Durante o período colonial e a instalação dos engenhos de açúcar, utilizava-se quase que exclusivamente trabalho escravizado; primeiramente de indígenas, que eram caçados e forçados; posteriormente, dada a baixa qualidade técnica da mão-de-obra indígena em relação ao tipo de

---

<sup>4</sup> Parte do presente texto foi desenvolvido de forma parcial em trabalho de Oliveira e Cavalcanti (2021).

<sup>5</sup> Dados do IBGE (2010), retirados dos *Cadernos Territoriais* do Sistema de Informação Territorial. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_153\\_Mata%20Norte%20-%20PE.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_153_Mata%20Norte%20-%20PE.pdf)>. Acesso em: 02/09/2021.

empreendimento visado pelo regime colonial, utilizou-se em larga escala o uso de escravizados africanos. Outro elemento fundamental é o regime de propriedade: ao engenho de açúcar, acompanhava-se uma vastidão de terras de plantio de cana-de-açúcar, em verdadeiro regime de monocultura latifundiária<sup>6</sup>.

No final do século XIX, o açúcar enfrenta outra crise, decorrente do aumento da competição internacional com a produção de outros tipos de açúcar mundo afora; finda também o regime de escravidão, dando lugar ao regime de trabalho assalariado nos engenhos e formação do campesinato, próximo às plantações. Havia o problema de modernização do sistema produtivo, que se manteve estagnada durante o período. Com tudo isso, aparece o sistema de Usinas, tomando o lugar dos engenhos e sofisticando o açúcar pelo aumento da atividade industrial, ainda associado ao latifúndio de cana-de-açúcar. Inicia-se em período de crise, onde sem absorção da mercadoria, nem mesmo no mercado nacional, de modo que

A reprodução do capital se efetua, portanto, sobre a base de uma fraca composição orgânica do capital, incorporando em maiores proporções no processo produtivo, a força de trabalho disponível, seja através da prolongação dos dias de trabalho por safra, seja pela extensão do tempo de trabalho diário. (WANDERLEY, 1979, p. 52).

Após a década de 1930, com a consolidação de um novo paradigma de governo, temos um duplo acontecimento: a viabilização, de um lado, de um fortalecimento de parte da força de trabalho ligada à indústria, especificamente; de outro, o início de tentativas de política de desenvolvimento com olhos voltados aos empreendimentos da época. Do lado da força de trabalho, a agroindústria tinha problemas fortes em relação à remuneração e jornada, marcadas por

---

<sup>6</sup> Ver Andrade (1998) e Furtado (1998), e mais especificamente Prado Jr. (2011), *sobre o sentido da colonização*. Com relação à questão da escravização (e posterior abandono) da população indígena, os autores supracitados apresentam uma interpretação aproximada, relativa à questão econômica do empreendimento colonial, no que leva ao processo massivo de tráfico e escravização de pessoas negras. É importante atentar para o território a partir de suas origens por motivos de: a) duração do empreendimento, do século XVI ao XX; b) desdobramentos posteriores decorrentes da opção pela metamorfose da agroindústria.

formas de compensação não-monetária e turnos acima da jornada diária permitida<sup>7</sup>.

A partir dos anos 1950/60 começam as mobilizações, tanto da classe trabalhadora da indústria sucro-alcooleira, contempladas com direitos trabalhistas e à sindicalização. Já os trabalhadores rurais, mesmo organizados nas Ligas Camponesas, não eram protegidos pela rede de assistência trabalhista e social (WANDERLEY, 1979).

Além das Usinas, neste mesmo período, iniciam esforços de sistematização e proposição de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e crescimento econômico e de produtividade do setor<sup>8</sup>.

Nota-se que a tendência histórica dos diferentes planos de desenvolvimento foi o de manter o empreendimento, mesmo em crise (em tendência contrária à vista com relação à SUDENE): não se pautava a substituição do empreendimento de Usina de açúcar e destilarias de álcool, nem destinação diferente para as terras em monocultura. Portanto os planos de desenvolvimento que se seguiram, conservavam<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> As compensações não-monetárias são uma constante na história da Agroindústria por todo século XX. Em *O Vapor do Diabo*, trabalho realizado em Usina da Zona da Mata Sul de Pernambuco, Leite Lopes (1978) mostra que as habitações próximas às Usinas, apesar de precárias, eram parte de compensação, assim como a permissão de pequenas culturas de subsistência. A Jornada observada girava em torno de dois turnos diários de 12h de forma ininterrupta, de modo que a aplicação da legislação modificaria os turnos em três de 8h. A jornada dupla de 12h implicava numa remuneração monetária absoluta sem horas extras, enquanto uma jornada tripla, na legislação, ainda implicaria a necessidade de pagamento de horas extras. Além disso, há um “fetichismo do salário-hora” por conta do cálculo de remuneração por horas dos profissionais, de modo que a noção geral seria de que: diminuição da Jornada = diminuição da remuneração. A “hora” passa a ser a medida de remuneração, e não o salário mínimo + compensação por hora extra. Isso provocava uma extração de mais-valia tanto de forma relativa quanto absoluta. Em época de diminuição da produção e da jornada, a apropriação de forma relativa continua alta, enquanto se diminui a absoluta. Além disso, há ainda o trabalho na própria terra para fins de subsistência, representando uma materialização da insuficiência salarial. Desse modo, além de uma longa jornada de trabalho na Usina, as compensações representavam um adicional e uma diminuição do custo direto do patrão sobre a reprodução da força de trabalho.

<sup>8</sup> Destacando-se o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, de autoria de Celso Furtado (2009), referenciando o problema da monocultura da cana-de-açúcar em um período de declínio da predominância da agroindústria. O relatório dá origem à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, um marco do período das tentativas de promoção do desenvolvimento econômico. Oliveira (1977) aponta, porém, que apesar dos esforços, a SUDENE tinha uma política de “ataque pelos flancos”, nunca confrontando diretamente a burguesia agroindustrial nordestina, confirmando a noção de Wanderley (1979) de que a tentativa de planejamento era, na época, apenas experimental e de ação limitada tornando-se posteriormente um instrumento de incentivos fiscais.

<sup>9</sup> Destacam-se projetos como o Grupo Executivo da Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste – GERAN, cujo segundo plano dá a luz ao Programa de Redistribuição de Terras e



O destaque principal é o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, que foi o último programa a lidar diretamente com a agroindústria canavieira. O IAA atuou de maneira a tentar amenizar as disparidades ocasionadas pela produção da cana entre as usinas do Centro-Sul e do Nordeste, fixando quotas de produção que enfureciam os produtores sulistas, que se viam prejudicados (WANDERLEY, 1979). O Estado de Pernambuco, que já era o maior produtor do Nordeste (ANDRADE, 1998), estimulava também a fusão de Usinas e absorção das menores pelas maiores.

A partir dos anos 1980 e 1990, entra novamente em crise o sistema de Usinas, agravando o problema da concentração de capital por absorção de usinas, bem como o fechamento de outras. Essa crise repercutiu na competitividade dos empreendimentos nordestinos, com redução de espaço de mercado, comprometendo seu desenvolvimento, sem políticas públicas de valorização das condições do campo e da força de trabalho, e sem conseguir lidar com as secas, e após a extinção do IAA, acaba por reduzir a importância relativa da agroindústria canavieira pernambucana para o Brasil (ANDRADE e ANDRADE, 2001).

A opção pelo desenvolvimento em via de incrementos de tecnologia, para manter a produtividade e os lucros e rendimentos da agroindústria, sem dar brecha para alternativas, consolidou uma predominância econômica fraca, um desenvolvimento conservador e inconsistente, mantendo-se principalmente por interesses históricos das oligarquias regionais.

Antes de avançar, é importante esclarecer ainda um ponto importante. Durante esse capítulo, de caráter mais histórico, discutimos diferentes perspectivas de desenvolvimento que se seguiram durante o século XX; seja de aumento de produtividade econômica, industrialização ou até mesmo tecnológico, com diferentes desdobramentos.

Nossa interpretação, contudo, avança em um sentido de observar a necessidade de imbricação tanto de um desenvolvimento econômico quanto

---

de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA, que buscava um esboço de reforma agrária mínimo, mas que, ao tentar ser acessado por pequenos camponeses, acaba extinto (WANDERLEY, 1979).

social. Como bem apontado por Furtado (1964, p. 29, *itálicos meus*), o desenvolvimento (mesmo que aqui acompanhado do “econômico”) é um processo que envolve qualitativamente a vida dos afetados:

Com efeito, cabe definir o *desenvolvimento econômico* como um processo de *mudança social* pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas.

Oliveira e Cavalcanti (2020), buscando definir alguns sentidos do desenvolvimento *em sua perspectiva prática*, isso é, os “desenvolvimentismos”, apontaram que o termo carrega consigo o signo do “progresso”; as perspectivas práticas giram em torno de uma mudança social (observável em perspectiva histórica, seguindo um caminho dialógico com a obra furtadiana) derivada de mudanças no sistema produtivo de acordo com suas posições histórico-geográficas dentro de uma ordem econômica mundial, com diferentes formas, por exemplo a distinção entre (velho) desenvolvimentismo e neo-desenvolvimentismo (ou novo desenvolvimentismo), onde o segundo se diferencia do primeiro em sua perspectiva mais “social”, buscando melhorias para além do campo econômico propriamente dito.

Desse modo, cabe a interpretação de que, se tratava de um regime onde predominava um setor de atividade econômica secundário com uma “fraca composição orgânica do capital”, cuja maior parte dos rendimentos decorriam da exportação de açúcar e outros produtos derivados da cana-de-açúcar, e os meios de produção eram inteiramente dependentes de a) latifúndios de monocultura para produção de insumos do setor primário, e b) subsídios estatais (sob quotas e imposições de modernização, entre outras políticas públicas). O que ocorria na agroindústria é uma modernização conservadora que mantém o território “subdesenvolvido”, em termos de Furtado (1963), para qual as mercadorias, em maior parte, tinham destino externo, e os rendimentos acabavam não sendo aplicados em processos de “mudança social”.

A agroindústria impunha um regime de trabalho próprio, sendo em grande parte do período alheio à regulamentação trabalhista, com salários impactados

por compensações não monetárias e jornadas acima do permitido em lei, mas, além disso, ela era sustentada pelo setor “arcaico”, pois era inteiramente dependente do setor primário, de uma quantidade elevada de insumos, que, conseqüentemente, tinham de ser produzidos sob uma grande extensão de terras<sup>10</sup>.

## 1.2. ECONOMIA NÃO-AÇUCAREIRA DO TERRITÓRIO NO SÉCULO XX: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para além da agroindústria, durante o século XX outros empreendimentos de menor porte permearam o território. Cabe apontar aqui que, dada a proximidade entre municípios da Zona da Mata Norte e da Região Metropolitana do Recife, há uma dinâmica relacional e pendular do emprego: tanto os trabalhadores da Mata Norte procuram emprego em cidades da Região Metropolitana, quanto os dessa procuram empregos na Mata Norte. Encontra-se no território a incidência de uma diversidade de atividades, desde agrícolas e extrativas na faixa litorânea, quanto de comércio e serviços, principalmente com feiras.

Destacam-se, porém, alguns empreendimentos industriais, como por exemplo, no município de Goiana, desde o final do século XIX até meados do século XX, a *Companhia Industrial Fiação e Tecidos de Goyanna*, e Paulista com a *Companhia de Tecidos Paulista – CTP*. Oliveira (2017, p. 44) observa que

Seguindo os padrões do sistema fabril do período, na qual visava o controle máximo da vida privada dos trabalhadores, foi providenciada a construção de uma vila operária próxima à sede da fábrica, para os operários da fábrica. Esse conjunto arquitetônico, presente no espaço na cidade, revela esses primórdios da presença industrial na cidade de Goiana.

---

<sup>10</sup> Em sua crítica ao “dualismo cepalino” (especialmente o de Furtado), Oliveira (2003) aponta para o fato de que, em certa medida, o desenvolvimento da área urbana no Brasil foi, em grande parte, financiado pelo setor “arcaico”; o que ocorreu na agroindústria foi parecido, mas não desembocou em desenvolvimento algum, apenas na manutenção da predominância do setor agroindustrial, em decorrência da continuidade do poder local dos proprietários de usinas e terras (1977).

O mesmo padrão de Indústria Têxtil era encontrado em Camaragibe, e em Paulista, como apontado por Leite Lopes (1988), de modo que se realizava uma espécie de “acumulação primitiva” que ia desde a concessão de habitação e do roçado a toda sorte de itens de subsistência, com forte impactos dessas atividades extra-fabris que são arrendadas pelo patrão fora do montante salarial<sup>11</sup>.

A indústria têxtil apresentava uma dinâmica importante além da agroindústria, com absorção de força de trabalho tanto da Zona da Mata quanto da Região Metropolitana do Recife. Isso implica que a região não é desprovida de alguma história e cultura operária: tanto a nível de consciência de ocupação na agroindústria quanto uma indústria tipicamente capitalista na história da região são o fator determinante de tal argumento. De todo modo, dois tipos de indústria com insumos de produção agrícola decorrentes, em grande medida, do próprio Nordeste: a agroindústria canavieira associada ao latifúndio monocultor de cana, a indústria têxtil com o algodão de pequena propriedade. Além dessa, outros empreendimentos industriais tiveram peso importante no estado de Pernambuco durante o século XX, como indicado por Lima (1999); entretanto, o próprio autor aponta para um declínio em fins de século dos empreendimentos industriais.

Outro empreendimento importante da Zona da Mata Norte, ganhando expressão maior nas últimas décadas, é a Klabin, desde 1973 na cidade de Goiana/PE, atualmente a maior produtora e exportadora de papeis do Brasil<sup>12</sup>.

De todo modo, durante todo esse período, tais empreendimentos não conseguiram ultrapassar o predomínio da agroindústria como setores predominantes, mantendo-se assim a modernização conservadora desse setor, sem muito espaço para o desenvolvimento de formas industriais avançadas que

---

<sup>11</sup> Observa-se mais acima um padrão de comportamento com dinâmicas parecidas, tanto no setor agroindustrial da Mata Sul quanto a indústria têxtil da mata norte, com tipos de compensação não monetária aliadas à mecanismos de “acumulação primitiva”, com um intenso regime de espoliação para além da própria extração de mais-valia relativa e absoluta. Ver Marx (2017), mais especificamente o capítulo 24.

<sup>12</sup> O site da empresa possui um centro de memória, com o histórico de todos os seus empreendimentos. Disponível em: <<https://klabin.com.br/nossa-essencia/memoria-klabin/>>. Acesso em: 16/01/2021.

pudessem superar o setor ligado ao latifúndio. É no século XXI que empreendimentos industriais diversos vem a se consolidar no território com um impacto maior tanto na estrutura econômica quanto nas relações sociais.

## **2. INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE: DESENVOLVIMENTO E MERCADO DE TRABALHO NA ZONA DA MATA NORTE E REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE**

Durante o século XX, as relações entre capital e trabalho foram marcadas fortemente pela agroindústria sucroalcooleira, perpassando altas e baixas no crescimento econômico e na dinâmica das relações de trabalho. O território acabou focando na conservação de um tipo específico de empreendimento econômico, o que, a nosso ver, entra em choque com uma perspectiva de desenvolvimento no sentido de mudanças econômicas e sociais<sup>13</sup>.

No século XXI, especialmente quando começa o Governo Lula (2003-2010), começam a ocorrer mudanças na condução política e econômica do país, em um ajuste interpretado como “novo-desenvolvimentismo”. Segundo Vera Cêpeda (2012) o novo-desenvolvimentismo combina o planejamento desenvolvimentista com políticas de inclusão social e redistribuição de renda. É importante ressaltar que, apesar de, no âmbito da inclusão social, o novo-desenvolvimentismo se diferir do velho, ele marca um ponto de quebra de horizontes do modo de produção capitalista – que é em si elemento gerador de “desigualdade social” –, substituindo-o pela tentativa de, de dentro do modo de produção, diminuir essas desigualdades.

Oliveira (2016, p. 59) aponta para o fato de que o governo Lula inaugurou um período de recuperação econômica, repercutindo sobre o trabalho no Brasil, especialmente impactado pelo novo discurso desenvolvimentista, compromissado com a geração de emprego e renda e a estabilidade

---

<sup>13</sup> Mesmo se apenas interpretado na perspectiva “econômica”; como observamos, mesmo em períodos de crise, não se optou por abandonar o foco no empreendimento agroindustrial; como veremos abaixo, a perspectiva de desenvolvimento como “mudança social” aparece mais precisamente com uma iniciativa de ruptura.

macroeconômica. Em especial, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2007, que viabilizou investimentos em infraestrutura, aumento de produtividade, estímulo de investimentos privados, geração de emprego e renda e redução de desigualdades.

Esse contexto favoreceu a retomada do crescimento econômico no Nordeste. Apesar de se manter socialmente diferenciado em relação a outras regiões, foi alavancado pelo momento favorável da economia, em especial as Regiões Metropolitanas de Salvador (BA) e Recife (PE), cujo um dos emblemas é o Complexo Industrial e Portuário de Suape em Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, que passou, após 2007, a atrair uma série de investimentos, com mais de 100 empresas instaladas no final da década de 2000.

É no final da primeira década do século XXI, também, que começam as promessas de investimentos para a Zona da Mata Norte, com fins de consolidação de um Polo Farmacoquímico (cuja frente era a Empresa Brasileira de Hemoderivados – HEMOBRAS).

Durante a segunda década, começam a implantação de um Polo Vidreiro (com a Vivix Vidros Planos à frente) e o anúncio, construção e início de atividades do Polo Automotivo (com a Fiat Chrysler Automobiles à frente), tudo isso no município de Goiana (PE), localizado à 62km da cidade do Recife.

Nas cidades ao entorno, principalmente na Região Metropolitana do Recife, observa-se a instalação de novos empreendimentos industriais, num território que já aparentava estar ligada à dinâmica da Capital do estado. Destacam-se Igarassu e Itapissuma, com empresas de grande porte do setor de Alimentos e Bebidas (Heineken, Ambev e Grupo Petrópolis).

O ponto forte desse território, que se tornou predominado pelo setor secundário, é a Fábrica da FCA, anunciada em 2011. Representando uma verdadeira virada na dinâmica do território, com as promessas de uma elevada quantidade de investimentos, públicos e privados, e criação de milhares de emprego, direta e indiretamente.

No bojo de uma mudança dinâmica histórica no capitalismo mundial, a indústria automotiva, durante a segunda metade do século XX, buscou

atravessar fronteiras com fins de ganhos de produtividade e manutenção de taxas de lucro em suas empresas, de modo que, apesar de já haver uma fábrica da FIAT no Brasil desde os anos 70, a de Betim (MG)<sup>14</sup>:

A escolha de Goiana (PE) para abrigar a fábrica da Jeep se deve aos incentivos fiscais, à localização próxima do porto de Suape, a abundância de água na região e de ser um território greenfield para que possa pagar salários ainda mais baixos que na fábrica de Betim. (LADOSKY, 2015, p. 16).

Oliveira (2021, p. 33) aponta que

A vinda da Jeep para Goiana significou um investimento na casa dos bilhões. A montadora ergueu, em uma área de 14 mil hectares, uma fábrica com capacidade produtiva de 200 a 250 mil veículos por ano, junto com um parque de fornecedores, centro de capacitação e treinamento, centro de pesquisas e pista de teste. O início das operações aconteceu no ano de 2015 com a produção dos primeiros exemplares Jeep, marca pertencente a Chrysler, agora subsidiária integral da montadora italiana.

Pernambuco não possuía uma Indústria Automobilística, de modo que a consolidação dessa trouxe ao território não só a Fábrica propriamente dita, mas atraiu investimentos diversos, especialmente de fornecedores ao município de Goiana e ao Estado.

Lethicia Oliveira (2021, pp. 34-35) destaca os participantes do Condomínio Industrial Jeep/PE: *Magneti Marelli*, *Pirelli*, *Tiberina*, *Adler*, *MMStamping*, *MMWelding*, *MMPCMA*, *MM Susp. Assy*, *MM Sus. Weld* (da Itália), responsáveis por painel completo, console central, painéis de porta, para-choques, montagem de pneus em rodas e chassis, etc.; *Saint-Gobain* (França) responsável por montagem e preparação de vidros; *Lear* (EUA) com os bancos; *Denso* (Japão) com a climatização, arrefecimento do motor, módulo frontal, motor de partida etc.; *Brose* (Alemanha) com os módulos de porta e regulador

---

<sup>14</sup> Uma análise das relações entre os valores da FIAT (em Betim) e as relações de trabalho, pode ser encontrada em Schutte (1995).

de janelas e *Revestcost* (Brasil) com tratamento superficial de peças metálicas, montagem de componentes etc.

Para além disso, a autora detalha os fornecedores fora do perímetro da fábrica (OLIVEIRA, 2021, p. 35): *USIMEQUI*, *Baterias Moura*, *Sulbras*, *Belga Matrizes* e *Usiminas* (Brasil), com manutenção de ferramentas, baterias, co-injeção, manutenção de moldes de injeção e fornecimento de aço; *Hutchinson* (França) com guarnição de borrachas; *Autometal* e *Nakayone* (Espanha) com peças plásticas, estampagem e solda; *Comau* e *Sofir* (Itália), com linhas de solda, instalação de prensas e manutenção de estampos; *Hexagon Metrology* (Suíça) com equipamentos de medição e *Benteler* (Alemanha) com estampados a quente; além dessas, a autora ainda aponta 14 outras empresas que integram o grupo de fornecedores (totalizando 41 empresas), com perspectiva de expansão.

Em relação às dimensões e impactos da FCA no mercado de trabalho em Goiana, Ladosky, Martins e Prado (2019), em artigo comparando o mercado de trabalho de Goiana e Iracemápolis (localizada a 167,2 km da cidade de São Paulo – SP), observam que nas duas cidades houve um saldo positivo de empregos na indústria da transformação, consolidando o predomínio dessa, de modo que, em Iracemápolis, em 2009, já havia 3.807 vínculos (62% do total do município) no setor, enquanto Goiana vê saltar de 20% em 2009 para 68,6% em 2017, apontando inclusive que a criação de vínculos em Goiana teve uma maior vitalidade que a do Estado de Pernambuco, impactado negativamente pelo declínio do Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Assim, a seguir, observaremos os dados do mercado de trabalho de Goiana com atenção, especialmente com as mudanças recentes nos rumos da política e da condução da economia. Em um primeiro momento, observaremos a mudança na dinâmica de vínculos empregatícios no território entre 2009 e 2019, de modo a observar sua estrutura e características principais; em seguida, observaremos a movimentação dos principais setores industriais nos municípios de referência.



## 2.1. MUDANÇAS NOS VÍNCULOS DOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO POLO INDUSTRIAL GOIANA/PE

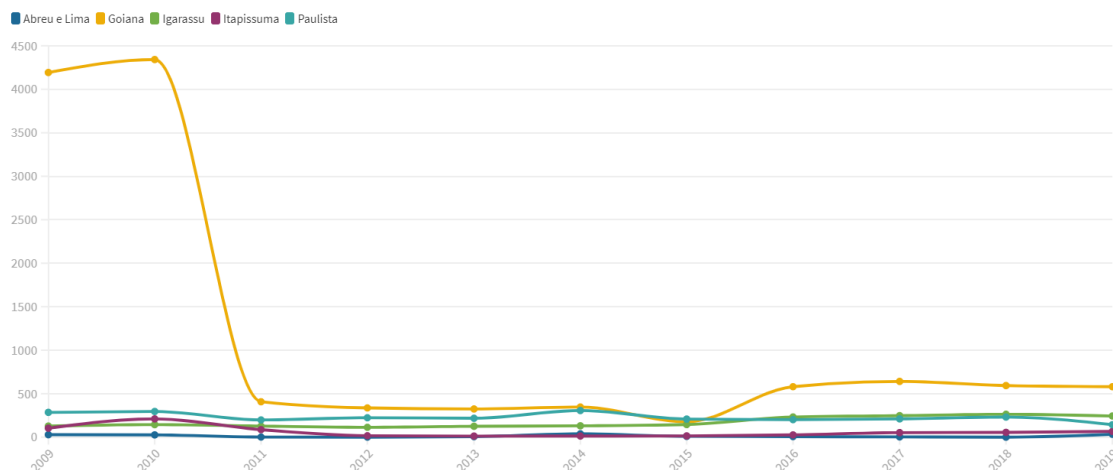
Busca-se aqui delimitar os municípios que consolidam um território que é impactado pela indústria, seja em sua predominância, seja por um volume elevado de vínculos. Assim, foi feito um recorte de Goiana, na Zona da Mata Norte de Pernambuco, e Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Paulista, na Região Metropolitana do Recife, de modo que compreendemos o território como um Polo Industrial interligado em seu eixo dinâmico, que é a indústria, assim, denominando aqui de “Polo Industrial Goiana/PE”. É necessário se ter em mente que, dada a malha rodoviária do Estado, os municípios tem uma dinâmica de empregos pendular, onde indivíduos que residem numa região podem conseguir emprego em outra.

Observando a variação no volume de vínculos do setor Agropecuário, com especial atenção para Goiana, observamos que esse agregava um alto volume de vínculos empregatícios que, a partir de 2011, entra em declínio, se mantendo em nível aproximado dos vínculos nos municípios da Região Metropolitana do Recife, já adequados à uma urbanização. Em 2015, o setor, que não tinha desaparecido, volta a gerar algumas centenas de vínculos e se eleva, acima dos de outros municípios selecionados. (ver Gráfico 1).

Para uma abrangência maior de uma hipótese do *declínio da agropecuária seguido de impacto crescente da indústria*, seria necessário procurar nos dados secundários de anos anteriores.

De modo geral, porém, tomando Goiana/PE como o “coração” do Polo, e levando em conta a especificidade de queda da agropecuária antes da conformação da Indústria Automobilística, pressupondo uma continuidade na crise da agropecuária no território, bem como o crescimento de outros setores de atividade econômica.

### Gráfico 1 – Volume de vínculos do setor Agropecuário do Polo Industrial Goiana/PE 2009-2019

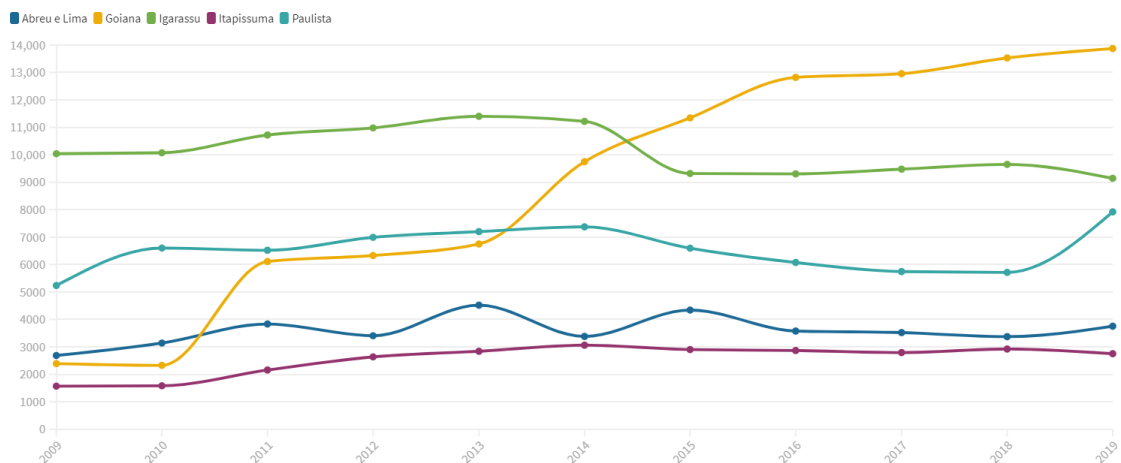


Fonte: RAIS/ME, 2019. Elaboração própria.

Quando se observa a variação no volume de vínculos no setor da Indústria de Transformação, nota-se que no mesmo período em que declinam os vínculos no setor agropecuário, os vínculos industriais em Goiana entram em trajetória de constante crescimento: Goiana sai de 2391 vínculos em 2009 para 13871 em 2019 (11480 vínculos a mais). Os municípios de Igarassu e Paulista veem, especialmente em 2014, um declínio de vínculos, enquanto Goiana continua crescendo, podendo indicar tendência de transferência de empregados. Itapissuma e Abreu e Lima tem menores vínculos empregatícios, mas ainda na casa dos milhares e com trajetórias de crescimento ao longo dos anos (ver Gráfico 2).

Notamos que os períodos pré-FIAT foram de crescimento relativo dos empreendimentos industriais nos municípios; no período de conformação da FIAT, porém, é que observamos um crescimento constante dos vínculos em Goiana/PE em detrimento dos de outros municípios.

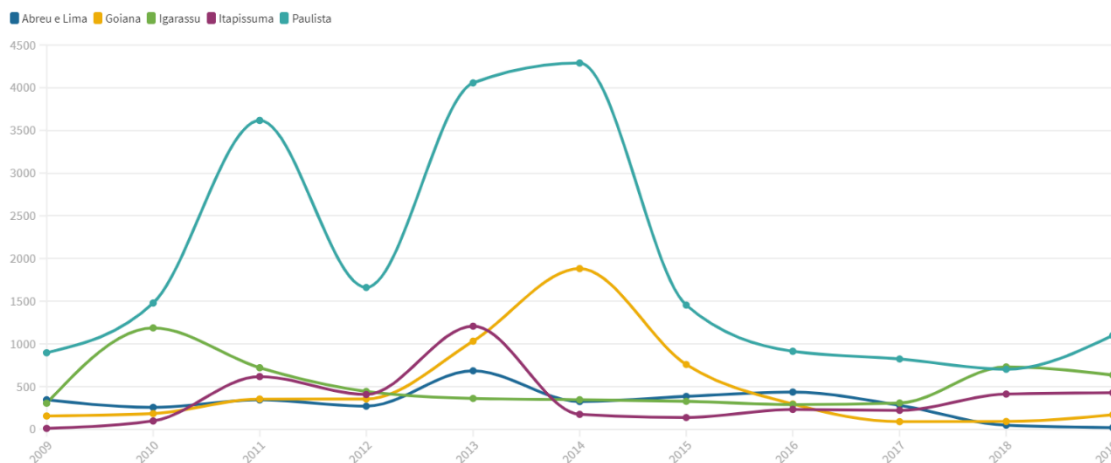
## Gráfico 2 – Volume de vínculos do setor da Indústria de Transformação do Polo Industrial Goiana/PE 2009-2019



Fonte: RAIS/ME, 2019. Elaboração própria.

Os vínculos no setor de Construção Civil não são tão expressivos em volume, comparados com os da indústria; atenta-se aqui, porém, para os períodos de alta: com exceção de Igarassu, todos os municípios apresentam crescimento de vínculos entre 2013 e 2014, época de construção da fábrica da FCA. Entre 2010 e 2011 há também um crescimento, em decorrência, provavelmente, do início de construção de outros empreendimentos (no período, a HEMOBRAS, por exemplo) (ver Gráfico 3).

### Gráfico 3 – Volume de vínculos do setor da Construção Civil do Polo Industrial Goiana/PE 2009-2019

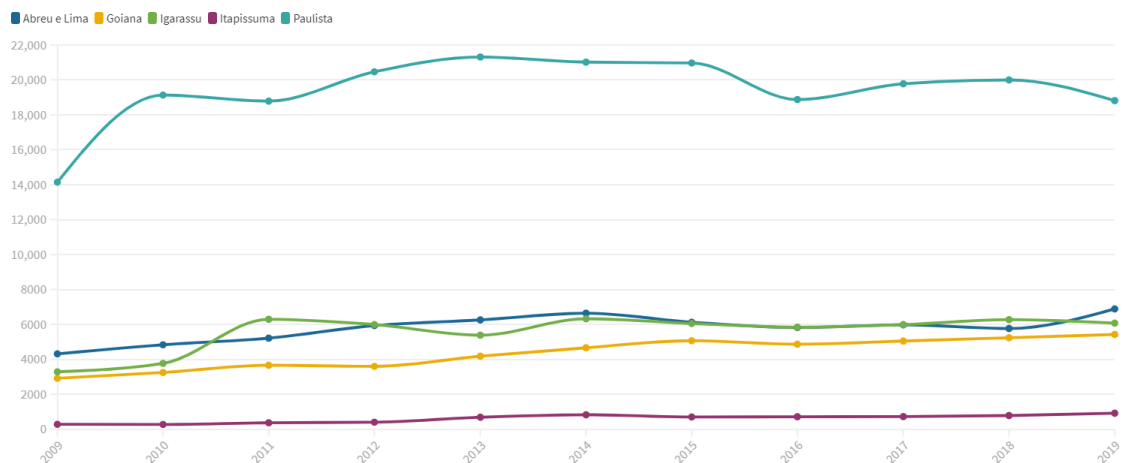


Fonte: RAIS/ME, 2019. Elaboração própria.

Os vínculos no setor de serviços aqui aparecem em maior volume absoluto em Paulista/PE, município mais próximo da capital Recife/PE. Apesar disso, para todos os municípios, o setor de serviços, da forma como foi agregado, apresenta alta incidência de vínculos, mesmo para Itapissuma, onde é mais baixo o volume de vínculos, na casa das centenas, sem variação negativa (ver Gráfico 4).

O setor de serviços, da forma como agregado aqui, compreendendo “serviços” propriamente ditos e vínculos em comércio, abrem espaço para a hipótese de possível processo de aceleração de uma “urbanização”, com novos empreendimentos sendo trazidos ao território; a hipótese vale mais para Goiana/PE, único município que não faz parte da Região Metropolitana do Recife; mas é importante atentar, por exemplo, a *shoppings-center* construídos na última década em municípios como Igarassu.

#### Gráfico 4 – Volume de vínculos do setor de Serviços<sup>15</sup> do Polo Industrial Goiana/PE 2009-2019



Fonte: RAIS/ME, 2019. Elaboração própria.

## 2.2. PRINCIPAIS SETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO “POLO GOIANA”

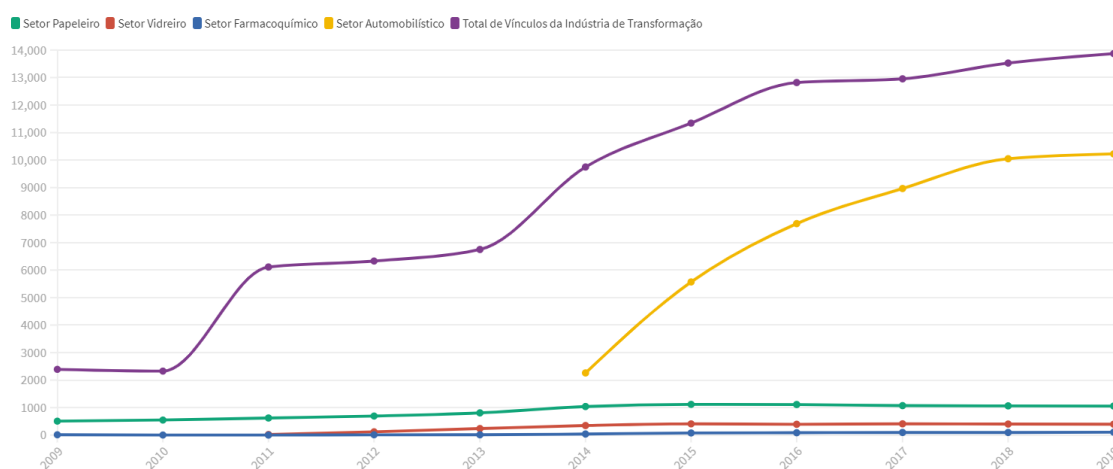
Observando mais de perto a indústria de transformação, foram filtrados alguns dos principais empreendimentos observados nos municípios selecionados, de modo a destacar os setores com maior participação. O destaque, como veremos abaixo, vai para os setores automobilístico, de alimentos e bebidas e...

É possível observar que o impacto maior no volume de vínculos é provocado pela indústria automobilística, que cresce (desde 2014) de forma constante até 2019, em conjunto com o total de vínculos. O segundo setor mais importante é o papelero, na faixa dos milhares de vínculos ao longo dos anos.

<sup>15</sup> Considera-se “Serviços” no presente trabalho o somatório de vínculos nos setores (IBGE) designados como *Serviços industriais de utilidade pública, Comércio e Serviços*. A agregação é justificada pelo fato de serem setores com um perfil de prestação de bens e serviços + baixa necessidade relativa de qualificação + alto volume de vínculos, no geral. Em nº absolutos, o setor de serviços emprega, pelos motivos acima, um número maior de trabalhadores. Como o uso desse gráfico tem fim de caracterização do território, não se busca esgotar o tema desagregando tal setor.

O setor vidreiro, logo abaixo. O setor farmacológico, porém, até onde foi possível analisar, aparenta não ter consolidado investimentos capazes de gerar um grande montante de vínculos, tendo participação residual em comparação com os outros setores (Ver Gráfico 5).

**Gráfico 5 – Vínculos dos Setores Papelero, Vidreiro, Farmacológico e Automobilístico em Goiana/PE 2009-2019<sup>16</sup>**

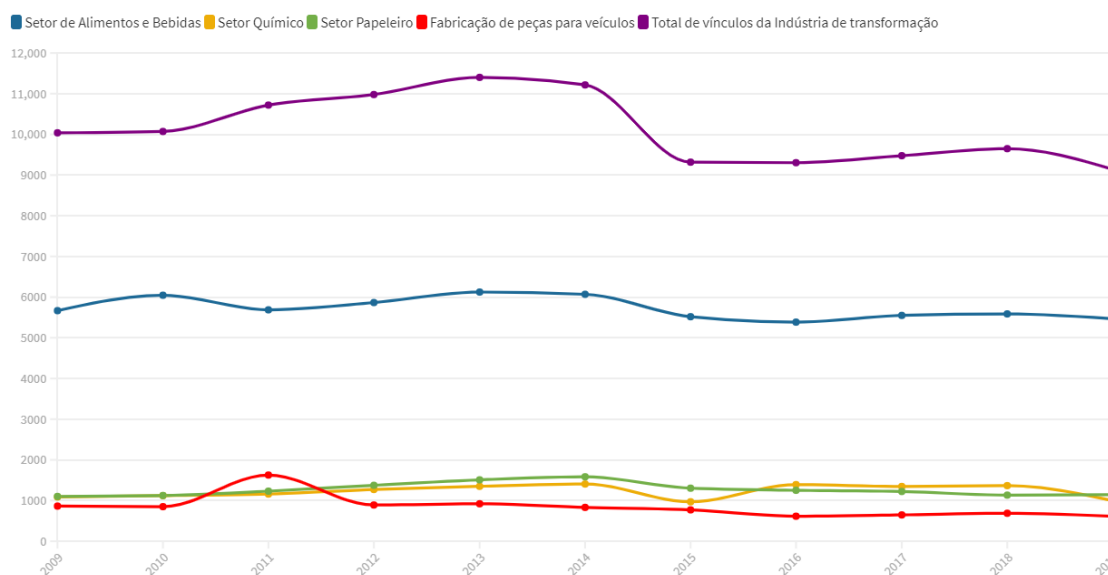


Fonte: RAIS/ME, 2019. Elaboração própria.

<sup>16</sup> Para “Setor Automobilístico” utiliza-se aqui o filtro sugerido em artigo de Ladosky, Martins e Prado (2019) a partir da CNAE: 2910701 – Fabricação de automóveis, camionetes e utilitários; 2910702 – Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários; 2930101 – Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões; 2930103 – Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para o sistema de freios de veículos automotores; 2941700 – Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores; 2943300 – Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores; 2945000 – Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores; 2949201 – Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores; e 2949299 – Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente. Em adição a esses, adiciona-se aqui o código 2910703 – Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários. Para “Setor Farmacológico” foram utilizados os códigos de grupo CNAE: 211 – Fabricação de produtos farmacológicos; 212 – Fabricação de produtos farmacêuticos. Para “Setor Vidreiro” foi utilizado o código de grupo CNAE: 231 – Fabricação de vidro e de produtos de vidro. Para “Setor Papelero” foram utilizados os códigos de grupo CNAE: 171 – Fabricação de celulose e outras pastas para fabricação de papel; 172 – Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão; 173 – Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado; e 174 – Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado.

Para Igarassu, podemos observar que o setor de Alimentos e Bebidas é o que mais agrega vínculos. Apesar do total de vínculos na indústria de transformação estar em declínio a partir de 2015 (o que levante hipótese sobre transferência de empregos para Goiana, que viu seus vínculos crescerem), não há uma tendência de queda constante dos vínculos em Igarassu, de modo que apresenta alguma estabilidade relativa (ver gráfico 6).

**Gráfico 6 – Vínculos dos Setores de Alimentos e Bebidas, Químico, Papeleiro e Fabricação de peças em Igarassu/PE 2009-2019<sup>17</sup>**



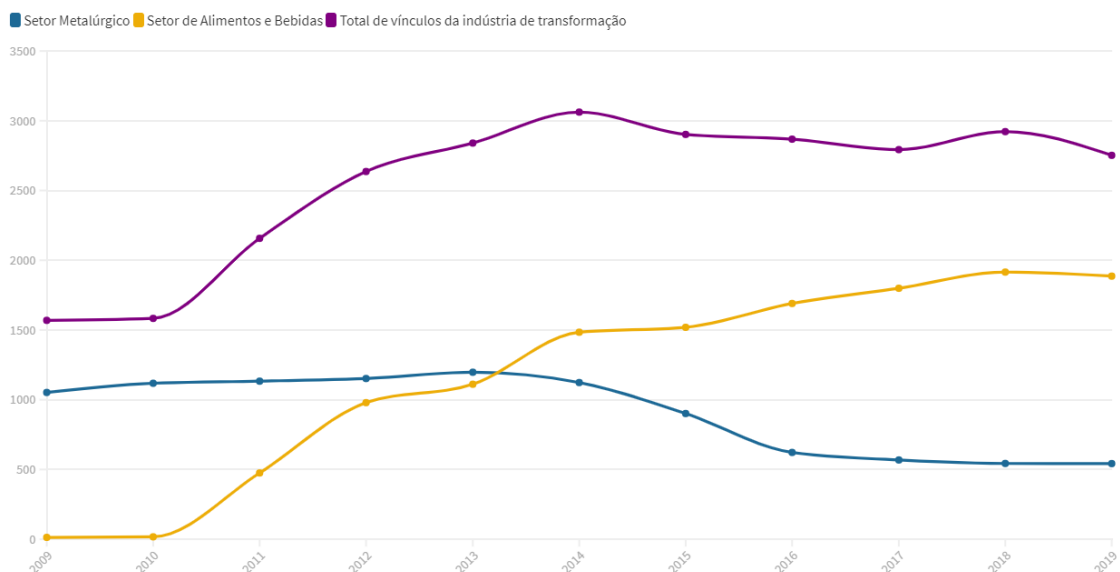
Fonte: RAIS/ME, 2019. Elaboração própria.

Itapissuma agrega uma quantidade menor de empregos (em números absolutos) se comparada com as cidades vizinhas. Apesar disso, os setores metalúrgico e de alimentos e bebidas agregam algumas centenas e milhares de empregos; nota-se que, com a consolidação dos empreendimentos de Alimentos

<sup>17</sup> Para a confecção dos dados, utilizamos os subsetores classificados pelo IBGE: Alimentos e Bebidas - 13; para Setor Químico: Indústria Química - 10; para setor Papeleiro: Papel e Graf - 08; para o setor de Fabricação de peças de veículos utilizamos o grupo CNAE: "Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores" - 294.

e Bebidas, o setor metalúrgico se encontra em declínio, mas ainda mantém um número expressivo de vínculos com relação ao total da indústria. (ver gráfico 7).

**Gráfico 7 – Vínculos dos Setores Metalúrgico e Alimentos e Bebidas em Itapissuma/PE 2009-2019<sup>18</sup>**



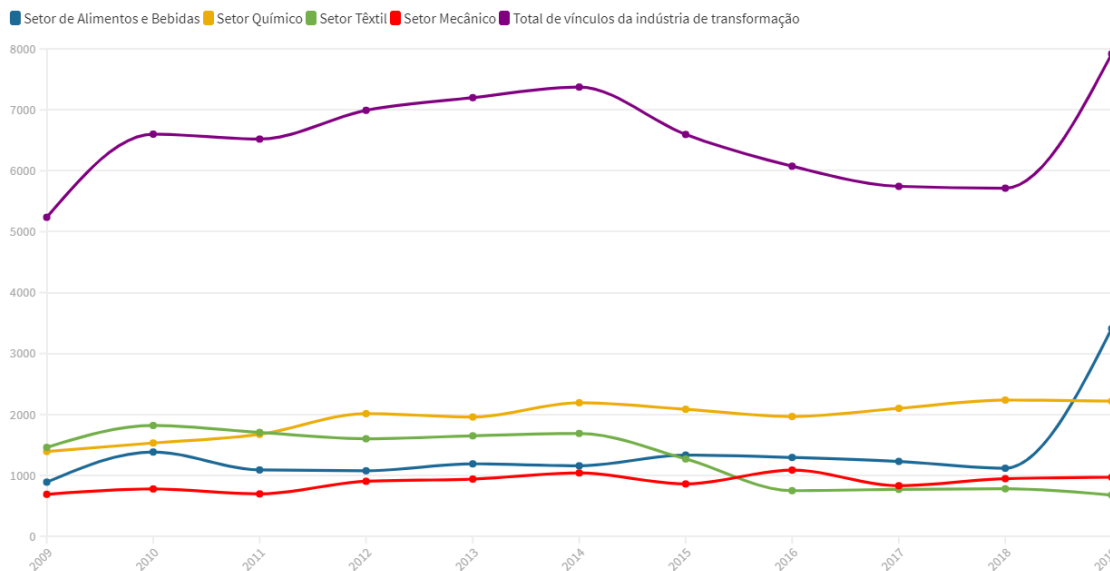
Fonte: RAIS/ME, 2019. Elaboração própria.

Paulista, como vimos, tem uma quantidade de vínculos industriais expressiva (ainda que o setor de serviços seja maior). Observamos que há um consolidado setor de indústria química que só se vê superado em 2019 pelo setor de Alimentos e Bebidas; observa-se, ainda, um setor têxtil em declínio, mas com alguma capacidade de vínculos que permanece. De modo geral, apesar de mais próxima da capital (e conseqüentemente mais integrada à dinâmica metropolitana), a cidade ainda agrega uma quantidade expressiva de vínculos na indústria. (ver gráfico 8).

<sup>18</sup> Para a confecção dos dados, utilizamos os subsetores classificados pelo IBGE, para além dos que já foram descritos acima: Indústria Metalúrgica - 03.



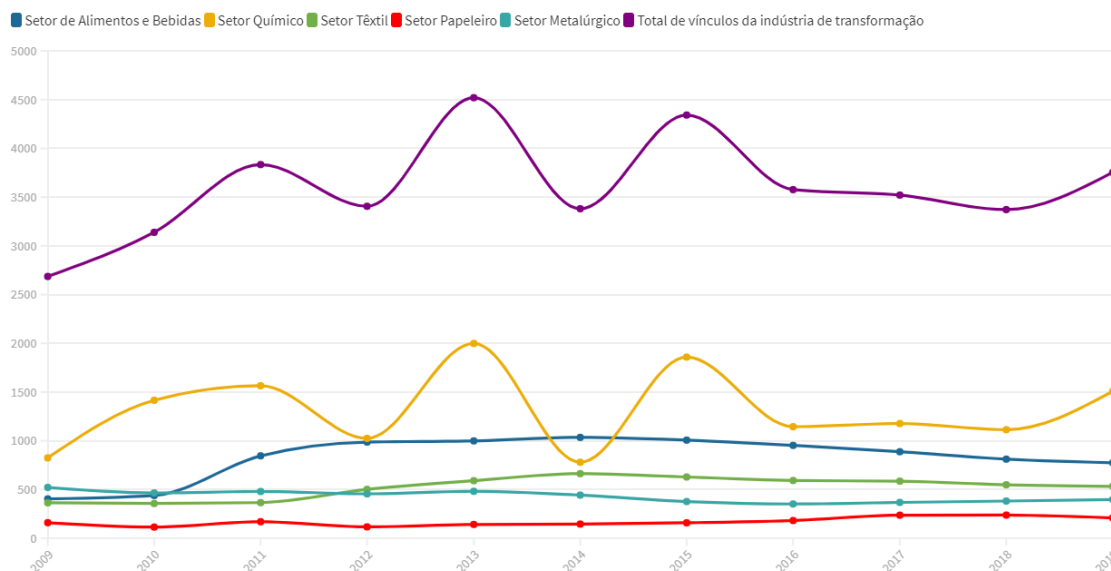
### Gráfico 8 – Vínculos dos Setores de Alimentos e Bebidas, Químico, Têxtil e Mecânico em Paulista/PE 2009-2019



Fonte: RAIS/ME, 2019. Elaboração própria.

Abreu e Lima possui uma dinâmica que é próxima a de Paulista, por também ser mais próxima da capital Recife. Ainda assim, possui um alto volume de vínculos na indústria, principalmente na indústria química que, para além de períodos de flexibilidade de 2012 a 2014, se mantém estável; quanto aos outros empreendimentos, nota-se um crescimento a partir de 2010 que consolida os setores, apesar de não agregarem, individualmente, um expressivo número de vínculos. (ver gráfico 9).

### Gráfico 9 – Vínculos dos Setores de Alimentos e Bebidas, Químico, Têxtil, Papeleiro e Metalúrgico em Abreu e Lima/PE 2009-2019



Fonte: RAIS/ME, 2019. Elaboração própria.

### 3. DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO: MOVIMENTAÇÕES CONTRATUAIS NO POLO GOIANA/PE PÓS-REFORMA TRABALHISTA DE 2017<sup>19</sup>

Passado o período do “novo-desenvolvimentismo” e da atração de investimentos, o Brasil entrou em crise novamente. Uma crise econômica e política. Foi visto acima que, apesar dos contornos da crise, Goiana continuou aumentando seu estoque de vínculos ao longo dos anos recentes, enquanto no país milhões de pessoas a cada ano adentravam as estatísticas do desemprego.

A partir de 2017, após uma crise política que levou ao *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (2011-2016), seu Vice, Michel Temer assume, promovendo propostas que, argumentava, pretendiam enfrentar a crise

<sup>19</sup> A discussão sobre a Reforma Trabalhista de 2017 foi feita em trabalho recente de Cavalcanti e Cavalcanti (2021), apesar de tratar de uma categoria completamente diferente – os professores do ensino básico privado na região Nordeste –, de modo que nos serve de recurso teórico-metodológico para detalhamento de algumas das mudanças estabelecidas pela reforma.

econômica e do desemprego, através de políticas de austeridade para ajuste fiscal e mudanças na regulamentação do trabalho.

Em julho de 2017, é aprovada a Lei n. 13.467/2017, alterando uma série de artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e entrou em vigor em novembro do mesmo ano. A Reforma Trabalhista de Michel Temer, sob argumentação de promover “segurança jurídica” e um ambiente favorável ao retorno de investimentos e criação de empregos, alterou itens importantes nos quesitos de contratação, desligamentos, representação e financiamento sindical, perspectivas de acordo e negociação coletiva entre as partes, prevendo a prevalência do negociado sobre o legislado.

Apesar de não ter se tratado de uma reforma sindical, a Reforma Trabalhista impactou diretamente aspectos da relação de representação e coletividade: contribuição sindical deixou de ser compulsória; abriram-se brechas para negociações individuais entre patrão e empregado, inclusive em relação à demissão<sup>20</sup>; o que se negocia não necessita ser incorporado ao contrato de trabalho, e sindicatos e empresas dispõem livremente sobre o prazo de validade das normas; permite-se representação em empresas com mais de 200 empregados, sem necessidade de ser sindical<sup>21</sup>; a remuneração por produtividade não tem mais limitação mínima pelo piso da categoria ou o salário mínimo, podendo-se também negociar formas adicionais de remuneração<sup>22</sup> (CHAHAD, 2017; 2018).

Outro ponto afetado, ainda segundo Chahad (2017), é a jornada de trabalho, com vistas à eliminação de “tempo morto” e maior disponibilidade à empresa em épocas de alta demanda: permite-se alteração na diária do trabalho, com jornadas de 12 horas diárias (antes limitado a 8)<sup>23</sup>; abre brecha para negociação individual do banco de horas, com compensação de no mínimo 6 meses<sup>24</sup>; permite negociar o tempo de descanso, com mínimo de 30 minutos; outros tempos à serviço da empresa deixam de contar na jornada, como

---

<sup>20</sup> Não mais sendo necessária homologação sindical.

<sup>21</sup> A presença é requerida, porém, para as negociações coletivas.

<sup>22</sup> Tais formas, ainda, não são contadas como parte do salário, assim, não são incorporadas a encargos sociais e trabalhistas.

<sup>23</sup> Prevendo possibilidade de hora-extra, requerendo um intervalo de 36 horas entre as jornadas e mantendo limite mensal de 44 horas (semanais) e 220 horas (mensais), respectivamente.

<sup>24</sup> Anteriormente delimitado à negociação coletiva, com compensação em 1 ano.

deslocamento e trocas de uniforme; as férias remuneradas também são alteradas, permitindo fracionamento dos 30 dias em três períodos, sendo um necessariamente de 14 dias.

A reforma cria novas formas de contratação e amplia velhas formas. Galvão et. al. (2017) fez análise de cada tipo de alteração: a reforma cria o contrato de trabalho de tipo intermitente, permitindo que o empregado permaneça em constante estado de subordinação ao patrão, sendo requisitado para serviço de acordo com as vontades desse<sup>25</sup>; altera o contrato parcial, permitindo limite de 30 horas e jornadas menores que 26 horas, com remuneração proporcional; altera o contrato temporário, podendo ser estendido em até 270 dias, e permitindo contratação de terceirizados por tal regime; altera a terceirização, permitindo uso do tipo de trabalho em atividades-fim<sup>26</sup>; permite a contratação de trabalhador em regime “autônomo”, sem configuração de vínculo empregatício e eliminando encargos trabalhistas.

Para Chahad (2017; 2018), a Reforma Trabalhista é positiva para os trabalhadores, criando uma institucionalidade favorável ao retorno de investimentos sob pilares de modernidade e superação de aspectos históricos negativos da antiga CLT, para o autor, formulada em época de contexto diferente, com um viés corporativista. A Reforma permite, ainda segundo Chahad (2017), maior autonomia relativa do trabalhador às entidades de representação, permitindo negociação direta com o patrão. Por outro lado, para Galvão et. al. (2017) a Reforma Trabalhista representa parte importante de um contexto de precarização das relações de trabalho, com enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores, o avanço da capitalização de tempos fora da produção direta, impactando mesmo o descanso e a saúde desses. Há certa tendência de incorporação dos novos contratos por redução dos custos do trabalho e incentivando a já alta rotatividade do trabalho no Brasil.

---

<sup>25</sup> Não há restrição para requisição de uso do trabalho, e a *remuneração não precisa corresponder ao mínimo mensal*, sendo proporcional ao tempo disposto. Em trabalho recente, porém, Oliveira (2020, p. 268) aponta que a remuneração não pode ser menor que o salário mínimo. Mantemos aqui, porém, o princípio do salário correspondente ao tempo em atividade pois para tal questionamento seria necessária uma análise da jurisprudência sobre o tema que não caberia aqui.

<sup>26</sup> Antes era permitido apenas à atividades-meio.

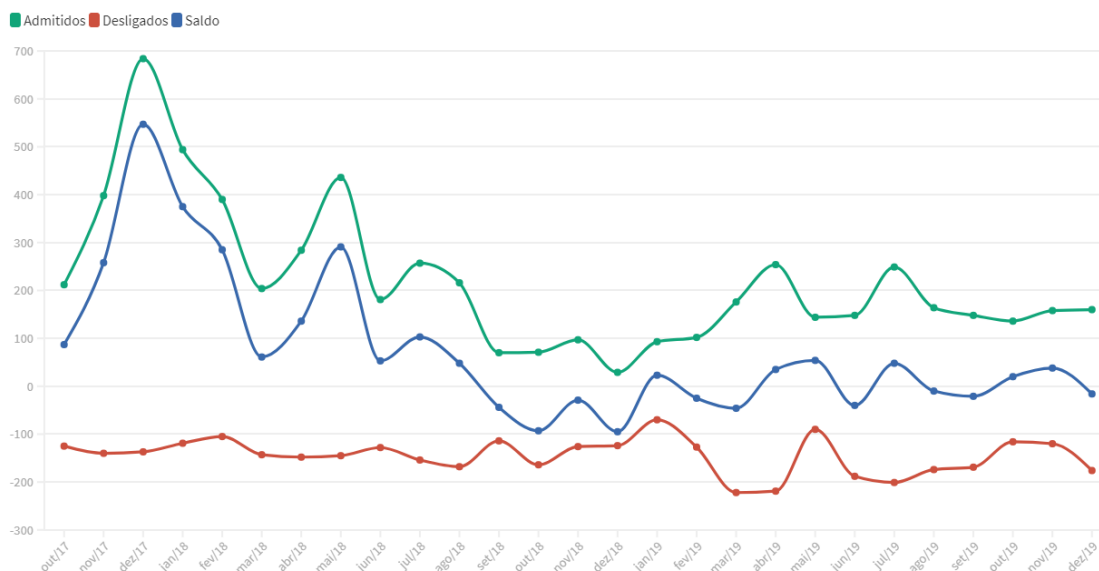
Analisando os impactos da reforma, o livro de Krein, Oliveira e Filgueiras (2019) observa a atualidade à luz das promessas. Em artigo de Filgueiras (2019), observa-se que a principal promessa, aumento do emprego, não é observada; na verdade, cresce cada vez mais o vínculo de tipo “informal” num constante aumento de desemprego e sem a “retomada de investimentos” prevista. Enquanto Krein e Oliveira (2019) observam timidez no crescimento das novas formas de contratação, argumentam os autores por conta de que essas relações de trabalho eram realidades de forma “ilegal” ou “atípica” antes da Reforma, e confirmam que as inovações legislativas reforçaram a tendência histórica de informalização do mercado de trabalho brasileiro.

Em trabalho mais recente (Krein et. al., 2021), novas conclusões reafirmam os argumentos expostos acima sobre a incapacidade da Reforma de cumprir as promessas dos reformadores. Manzano (2021), por exemplo, analisando os impactos econômicos, observa que as reformas foram ineficazes para impulsionar o nível de atividade econômica, e, além disso, que essas podem inclusive afetá-las negativamente, com relação a rebaixamento de taxas de investimento, estagnação da produtividade do trabalho, perda de competitividade, entre outros fatores. Leone, Teixeira e Baltar (2021), procurando os impactos sobre o mercado de trabalho a partir dos indicadores, mostram (em conformidade com análise feita acima em Krein e Oliveira) o crescimento da informalidade, bem como um crescimento do desemprego que, conseqüentemente, não foi parado pela reforma; apesar de ocorrer um lento crescimento da população economicamente ativa, os outros indicadores apontam para o fato de que a reforma não foi, novamente, eficaz.

Ao observarmos o Polo Goiana/PE, podemos observar uma dinâmica própria em seu mercado de trabalho, com particularidades para os setores de maior agregação de vínculos (visto acima).

O setor automobilístico em Goiana/PE movimenta algumas centenas de contratos de trabalho, porém, se vimos acima que sua quantidade de vínculos cresce a cada ano, podemos notar que o saldo de movimentação de contratos fica positivo principalmente em 2017 (impactado por uma alta no número de admissões) e durante o resto dos meses, vai flutuando entre períodos de maior admissão, período de maior desligamento. (ver gráfico 10).

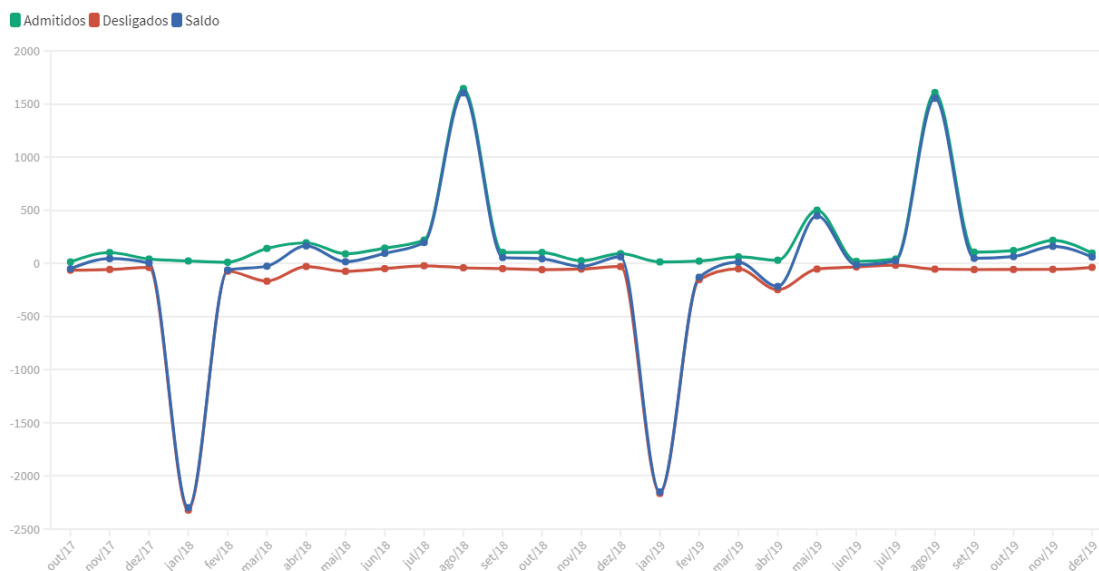
**Gráfico 10 – Admissões, desligamentos e saldo de movimentação de contratos do Setor Automobilístico em Goiana/PE 2017-2019**



Fonte: CAGED/ME (2019). Elaboração própria.

Para o setor de alimentos e bebidas em Igarassu/PE, notamos um caso muito particular: ciclos de rotatividade de contratos. Isso é: há períodos de admissão em massa, e de desligamento em massa. Janeiro de 2018 e de 2019 são os períodos de desligamento em massa, de modo que o saldo, que na maior parte do tempo permanece estável, é puxado para baixo de forma brusca. Agosto é o mês que o inverso ocorre: uma massiva quantidade de admissões puxa para cima. É interessante notar que (como veremos abaixo, não ocorre o mesmo com Itapissuma), não parece se tratar de um caso do setor, mas da especificidade do setor de Alimentos e Bebidas no município. (ver gráfico 11).

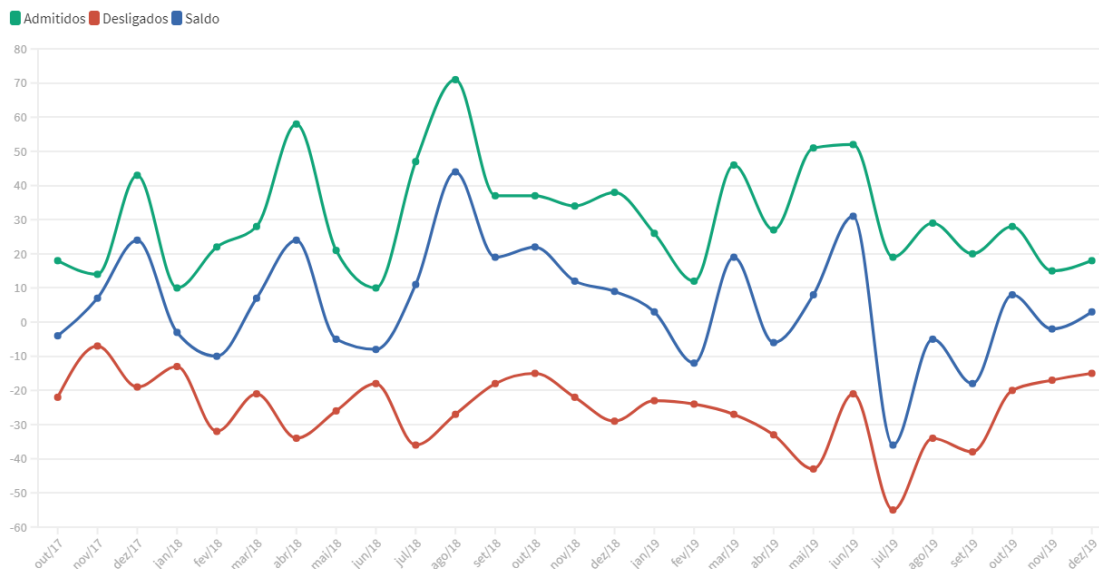
### Gráfico 11 – Admissões, desligamentos e saldo de movimentação de contratos do de Alimentos e Bebidas em Igarassu/PE 2017-2019



Fonte: CAGED/ME (2019). Elaboração própria.

Itapissuma/PE tem um regime bem flexível de movimentação de contratos, mesmo que seus números absolutos sejam baixos: o saldo varia muito ao longo dos meses entre o positivo e o negativo; interessante notar que o mês de julho aqui para 2018 e 2019 tem uma movimentação expressivamente positiva, com a contrapartida de uma massiva onda de demissão em janeiro de 2018 e 2019, que, de certo modo, não são compensados pela alta nas admissões. Apesar disso, não se tratam de movimentações de grande porte. (ver gráfico 12).

**Gráfico 12 – Admissões, desligamentos e saldo de movimentação de contratos do Setor de Alimentos e Bebidas em Itapissuma/PE 2017-2019**

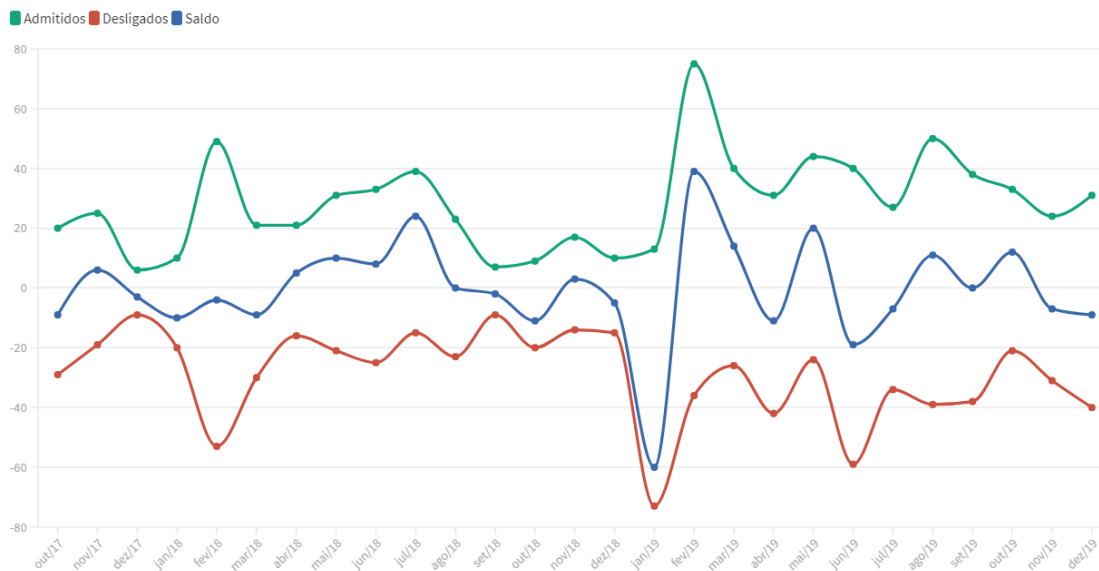


Fonte: CAGED/ME (2019). Elaboração própria.

O setor químico em Paulista/PE também apresenta uma movimentação pouco expressiva em números absolutos de contratos. Com exceção de uma baixa em fevereiro de 2018 e janeiro de 2019, possui uma movimentação mais positiva ao longo dos meses. A partir de 2019, porém até outubro desse ano, cresce o número de desligamentos, com pico em julho. (ver gráfico 13).



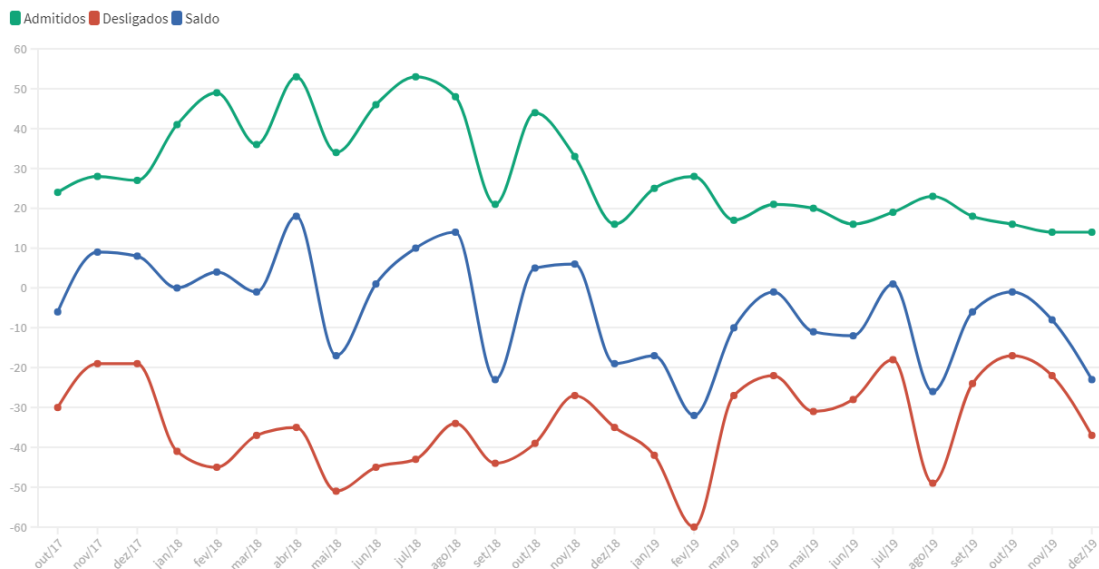
### Gráfico 13 – Admissões, desligamentos e saldo de movimentação de contratos do Setor Químico em Paulista/PE 2017-2019



Fonte: CAGED/ME (2019). Elaboração própria.

Abreu e Lima/PE tem uma movimentação parecida com a de Paulista, para o mesmo setor. Aqui, mais do que lá, o saldo de movimentações pouco constante, ora variando para baixo, ora para cima. A partir de 2019, porém, é importante observar como a movimentação do saldo aumentou, tanto em admissões como em desligamentos, especialmente comparando com os meses anteriores desde 2017. (ver gráfico 14).

### Gráfico 14 – Admissões, desligamentos e saldo de movimentação de contratos do Setor Químico em Abreu e Lima/PE 2017-2019



Fonte: CAGED/ME (2019). Elaboração própria.

Sugerimos, em nossa hipótese, que a industrialização transformou o território tanto econômica quanto socialmente, rompendo com seu passado agroindustrial; após a observação dos dados nos capítulos acima, podemos notar que o setor agropecuário não apenas perdeu sua preponderância, bem como entrou em um grande declínio a partir do mesmo período que se iniciam as instalações dos diferentes empreendimentos industriais, tanto em Goiana/PE quanto nos municípios ao redor.

Fortalece-se a perspectiva de uma transformação em larga escala, quando vemos que: a) o Polo, e especialmente Goiana/PE e a Indústria Automobilística, continuou gerando empregos a cada ano (mesmo após uma crise econômica de grandes proporções no Brasil, com crescimento do desemprego<sup>27</sup>).

<sup>27</sup> Ver especialmente Ladosky, capítulo 3 (2021, pp. 101-134), em análise sobre o mercado de trabalho de Goiana/PE (especificamente sobre a indústria automobilística).

No que tange possíveis impactos da Reforma, não percebemos uma variação específica na movimentação de contratações no território. O setor automobilístico aparenta perder o fôlego das contratações nos meses de 2019, principalmente, mas, comparado com o balanço de vínculos ao longo dos anos, 2019 ainda fechou com mais empregos que 2018<sup>28</sup>.

Durante a análise dos dados do CAGED para admissões, primeiro procuramos observar as movimentações pelos principais setores (Automobilístico, Alimentos e Bebidas e Químico), mas os resultados observados para os itens desagregados foram praticamente nulos.

Foi decidido procurar observar no agregado “indústria de transformação”, o que, também, mostrou um resultado pífio: apenas Abreu e Lima, Goiana e Paulista apresentam dados de admissão, mas residuais. A primeira cidade, apresenta como “pico” 2 admissões em novembro de 2018. A segunda cidade tem uma movimentação maior, mas não chega na casa das dezenas, de modo que há 13 contratações em outubro de 2019. A terceira cidade tem seu pico em dezembro de 2019, com 9 contratações. Constatamos, então, que tal modalidade de contratação é residual, de modo a levantar hipóteses sobre estar em processo de “experimentação”, visto que, apesar de residual, há uma movimentação de contratos.

Do que foi dito no parágrafo acima, podemos repetir com relação ao contrato de tipo parcial. As mesmas cidades apresentam tal modalidade, de modo residual, como apontam os dados da CAGED. Abreu e Lima, entre fevereiro de 2018 e dezembro de 2019, apresenta apenas 3 contratos no total em tal modalidade. Goiana movimenta uma quantidade maior, mas ainda residual, com pico em 12 contratações em abril de 2019, observamos um total de 29 contratações entre fevereiro de 2018 e dezembro de 2019. Paulista tem uma movimentação também muito baixa de tal modalidade de contrato, com 13

---

<sup>28</sup> Para impactos maiores, seria necessário analisar dados de anos anteriores, isso levando em conta, ainda, que esses não estavam tão impactados por uma crise econômica e política como os do período que dispomos, de todo modo, combinando a análise dos dados da RAIS vistos acima (que apresentam trajetória de crescimento constante até 2019, especialmente para o setor automobilístico) com a movimentação do CAGED, notamos pouca coisa além de uma desaceleração no número de admissões, o que pode ser explicado por uma estabilidade do mercado de trabalho da região, ou por questões de crise econômica. A Reforma, porém, apontada como item de possível solução de uma crise de desemprego, não aparenta causar muitos efeitos.

contratações no mesmo período de tempo visto para as duas cidades acima, com destaque para que seu pico é em fevereiro de 2018, com 6 contratações. Como o contrato intermitente, o parcial parece não ter penetrado nos empregos diretamente industriais.

Com relação a desligamentos por acordo entre empregador e empregado, podemos observar nos 5 municípios. Repete-se, porém, o fato de serem residuais. Não há um grande volume de desligamentos por tal tipo de modalidade, apesar de se fazer presente em boa parte dos meses. Mesmo assim, a maioria das movimentações, por mês, em cada cidade, fica entre 1 e 3 (entre janeiro de 2018 e dezembro de 2019).

Até o momento, pressupõe-se então que o impacto da Reforma Trabalhista de 2017, num território que se configura agora como de predominância industrial, foi residual e pouco efetivo no que tange contratações diretamente industriais para os setores de grande porte, que agregam a maior quantidade de empregos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo do presente trabalho foi investigar os impactos da recente industrialização da Zona da Mata Norte e Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco, na dinâmica empregatícia dos territórios, em perspectiva histórica e crítica.

Buscou-se, através de um apanhado histórico-econômico, observar a dinâmica da Zona da Mata Norte, a consolidação de um empreendimento específico, a agroindústria canavieira, que se desenvolveu durante séculos. Observamos brevemente sua construção, auge, crise e declínio.

Posteriormente, buscou-se descrever as recentes mudanças no território, caracterizando também a estrutura de vínculos empregatícios, com destaque para o declínio dos vínculos na agropecuária, e uma tendência constante de crescimento e predomínio de vínculos industriais. Além disso, pudemos observar os impactos relativos à construção dos empreendimentos, a partir dos vínculos

na Construção Civil, bem como o crescimento do setor de serviços no território, especialmente nos municípios da Região Metropolitana do Recife que fazem parte do que denominamos de “Polo Goiana”.

Desse modo, abriu-se a possibilidade para a caracterização do Polo Industrial Goiana/PE, agregando os municípios de Goiana, na Zona da Mata Norte, e Igarassu, Itapissuma, Abreu e Lima e Paulista, na Região Metropolitana do Recife, combinando um já existente setor de serviços com volume de empregos, mas abrindo caminho para a criação de dezenas de milhares de novos postos de trabalho no setor industrial.

Procuramos observar também os setores mais dinâmicos dentro do agregado industrial. Em Goiana, o Setor Automobilístico é o mais notável, desde 2014 em trajetória ascendente, sendo o maior participante no total de vínculos na indústria de transformação.

Os outros setores que se instalaram durante a década, apesar da leva de investimentos, não se integraram no sentido de criar uma alta quantidade de vínculos ocupacionais. Velhos empreendimentos, mas com elevado investimento recente, no Setor Papeleiro, consegue agregar, ainda, uma quantidade maior de vínculos.

Em Igarassu e Itapissuma, observamos a predominância do setor de Alimentos e Bebidas, onde, no primeiro município, além de maior volume, possui uma dinâmica própria de movimentação cíclica.

Em Paulista e Abreu e Lima, o setor químico é o predominante, apesar da presença de outros setores ser notada com forte impacto. O setor de serviços predomina nesses municípios, mas a quantidade de vínculos industriais é elevada.

Por fim, observando os impactos da Reforma Trabalhista no Polo, especialmente na Indústria de Transformação, observou-se que: os novos tipos de contratação, bem como os alterados recentemente pela Reforma, não surtiram efeito positivo ou negativo no Polo, tendo impacto residual. O mesmo pode ser dito para a possibilidade de desligamento por acordo.

O Polo Goiana/PE se consolida como o coração de um verdadeiro distrito industrial no século XXI, com uma elevação constante de vínculos, mesmo no período da crise recente, e sendo uma janela de oportunidades de mobilidade empregatícia e social.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. Recife: Editora Universitária UFPE, 1998.

ANDRADE, Manoel Correia de.; ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **A cana-de-açúcar na região da Mata Pernambucana: Reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017, Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, 14 jul. 2017.

BIHR, A. **Da Grande Noite à Alternativa: O movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1999.

CAVALCANTI, Pedro; CAVALCANTI, Matheus. Reforma Trabalhista de 2017: impactos nas movimentações contratuais dos docentes do ensino básico privado do Nordeste. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ABET**, XVII, 2021, Uberlândia. Anais..., Uberlândia, ABET, 2021.

CÊPEDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. **Revista de Estudos Avançados IEA- USP**, nº 75. São Paulo: USP, 2012.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Reforma trabalhista de 2017: mudanças nas negociações coletivas e na organização sindical. **Temas de Economia Aplicada**. São Paulo, Informações FIPE, jan., 2018.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Reforma trabalhista de 2017: principais alterações no Contrato de Trabalho. **Temas de Economia Aplicada**. São Paulo, Informações FIPE, out., 2017.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da Sudene: 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Véras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

GALVÃO, Andreia et. al. Dossiê Reforma Trabalhista. In: TEIXEIRA, Marilane et. al. (orgs). **Contribuição crítica à reforma trabalhista**. Campinas, SP: UNICAMP/CESIT, 2017.

KREIN, José Dari.; LEONE, Eugenia; TEIXEIRA, Marilane; BALTAR, Paulo. Impactos da reforma trabalhista sobre o mercado de trabalho. In: KREIN, José Dari, et. al. (orgs.) **O trabalho pós-reforma trabalhista (2017), vol. 1**. São Paulo: CESIT, 2021.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Véras de. Os impactos da Reforma nas condições de trabalho. In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Véras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Véras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

KREIN, José Dari, et. al. (orgs.) **O trabalho pós-reforma trabalhista (2017), vol. 1**. São Paulo: CESIT, 2021.

LADOSKY, Mário Henrique Guedes. Mercado de trabalho e Sindicalismo no Polo Automotivo de Goiana. In: LADOSKY, Mário Henrique (org.) **A indústria automobilística vista do espaço local: a experiência da Jeep (FCA) em Pernambuco**. Campina Grande: EDUEPB, 2021.

LADOSKY, Mário Henrique Guedes. Tradição e modernização das relações de classe em Goiana (PE). **Encontro Anual da ANPOCS**, 39, 2015.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes.; MARTINS, Fernando Ramalho.; PRADO, Marcos Lázaro. Trabalho e desenvolvimento no Brasil: um estudo sobre o impacto da re-localização da indústria automotiva em regiões não industriais. **Congreso de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, 9., jul. 2019, Bogotá.

LEITE LOPES, José Sergio. **A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

LEITE LOPES, José Sergio. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MANZANO, Marcelo. Impactos econômicos da reforma trabalhista. In: KREIN, José Dari, et. al. (orgs.) **O trabalho pós-reforma trabalhista (2017), vol. 1**. São Paulo: CESIT, 2021.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2017.

NEGRO, Antonio Luigi. Servos do tempo. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.). **De JK a FHC, a reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Lethicia. **A Fábrica dos Sonhos: Estudo Sobre o Processo de Implantação da Jeep**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, 2021.

OLIVEIRA, Lethicia; CAVALCANTI, Pedro. Trabalho E Desenvolvimento Em Novos Territórios Produtivos: O “Polo Goiana”. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ABET**, XVII, 2021, Uberlândia. Anais..., Uberlândia, ABET, 2021.

OLIVEIRA, Lethicia; CAVALCANTI, Pedro. Um passeio entre as teorias desenvolvimentistas. **Revista do corpo discente de ciências sociais da UFRPE** - Volume I, número 2, 2020.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Trabalho intermitente: a que veio? Para onde vai? In: MACAMBIRA, Júnior et. al. (orgs.) **Desmonte do estado e das políticas públicas: retrocesso do desenvolvimento e aumento das desigualdades no brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2020.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Trabalho no Nordeste em perspectiva histórica. **Revista de Estudos Avançados IEA- USP**, nº 87. São Paulo: USP, 2016.

OLIVEIRA, Valéria Costa Aldeci de. **De marisqueiras a operárias: experiência de trabalho e gênero nos territórios pesqueiros de Goiana/PE**. 209 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PINTO, Geraldo Augusto. Uma introdução à indústria automotiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHUTTE, Giorgio. FIAT: entre despotismo e dinamismo, em busca de competitividade. In: CASTRO, Nadya Araújo de (org): **A Máquina e o Equilibrista: Inovações na indústria automobilística brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SHAPIRO, Helen. A primeira migração das montadoras: 1956-1968. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.). **De JK a FHC, a reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta, 1997.



WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.